

SEÇÃO: ENTREVISTAS

AVANÇOS E DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA UFMG – ENTREVISTA COM ADRIANA VALLADÃO

Adriana Valladão¹

Lorena Dhom²

Patrícia Nascimento Silva³

Adriana Valladão foi diretora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de 2015 a 2019 e é atuante nas áreas de avaliação e desempenho funcional; tecnologia assistiva com foco em funcionalidade e participação; e educação inclusiva. Após apresentar o minicurso Educação Inclusiva no Ensino Superior, ao lado da professora Rosana Passos, no IV Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior, do GIZ, ela concedeu esta entrevista, a fim de esclarecer algumas questões acerca do processo de inclusão dos alunos com deficiência na UFMG.

Partindo da desafiadora e imprescindível inclusão no ensino superior, Adriana reconhece os avanços alcançados pela universidade no que concerne ao acolhimento e ao suporte aos alunos com deficiência, porém aponta os atuais desafios enfrentados, tanto pelo NAI quanto pelos discentes e docentes da UFMG. Ela elucida, ainda, a significativa transformação da instituição proporcionada pela chegada desses alunos ao ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Inclusão na universidade. Acessibilidade.

Como citar este documento – ABNT

VALLADÃO, Adriana; DHOM, Lorena; SILVA, Patrícia Nascimento. Avanços e desafios de acessibilidade e inclusão na UFMG – entrevista com Adriana Valladão. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 9, e015272, p. 1-8, 2019.

Recebido em: 25/08/2019
Aprovado em: 19/09/2019
Publicado em: 22/11/2019

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7979-2319>. E-mail: avalladao@gmail.com

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2729-2942>. E-mail: lorenadhom@hotmail.com

³ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2405-8536>. E-mail: patricians@ufmg.br

Entrevistadoras: Gostaríamos que você contextualizasse a situação dos alunos com deficiência na UFMG e falasse sobre os principais desafios encontrados por eles ao ingressarem na universidade.

Adriana Valladão: O ingresso de alunos com deficiência na UFMG teve um momento muito específico: o ano de 2018. Nesse ano, incluiu-se a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos editais dos cursos de graduação e de níveis técnico e médio nessa universidade. Esse é um limiar, um momento em que houve uma mudança muito grande com relação ao número de ingressantes com deficiência na UFMG. Antes, eles ingressavam por ampla concorrência e, a partir de 2018, passaram a ter a oportunidade de se candidatar via reserva de vagas. Nós recebíamos um, dois, três alunos, um número muito pequeno. Desde 2018 até o primeiro semestre de 2019, nós já temos na UFMG 422 alunos que ingressaram por modalidade de reserva de vagas com alguma deficiência, o que muda significativamente o panorama da UFMG em relação a esses alunos.

Eu acho que o principal desafio encontrado, tanto pelos alunos com deficiência quanto pelos demais, ao ingressarem na UFMG, é identificar e perceber que a universidade é muito diferente do ensino médio. Portanto, a vivência dentro da instituição de ensino superior é completamente distinta da de um curso de nível médio na escola.

Além disso, o apoio aos alunos com deficiência em cada unidade de ensino ou escola de ensino médio é muito diferente. Então há alunos que tiveram, de fato, muito suporte, mas há alunos que não necessariamente tiveram essa atenção em seu percurso. No entanto, na escola, eles têm as aulas em horários pré-definidos, cujos professores, mesmo que distintos, são os responsáveis pelo deslocamento, e não os alunos. Na universidade, por outro lado, os alunos têm que sair da sala, têm que se locomover de um prédio para outro, desconhecem o campus – que é quase uma cidade –, eles não sabem onde e como as coisas funcionam.

Então eu acho que a primeira grande dificuldade, talvez o grande desafio, que eles encontram é entender como a instituição de ensino superior funciona. Eles terão que se matricular sozinhos, eles terão que conversar com o coordenador do colegiado – o que antes provavelmente nem sabiam que existia. Esse novo mundo é difícil para quem não tem deficiência, quanto mais para quem tem. Mas isso, a partir do contato com o Núcleo de Acessibilidade de Inclusão (NAI), do acompanhamento, do contato com os colegas e, até com os coordenadores e professores do curso, vai diluindo-se, assentando-se, à medida que as coisas vão acontecendo.

Entrevistadoras: Quais você considera os maiores desafios/dificuldades dos professores em relação à inclusão de alunos com deficiência?

Adriana Valladão: Na minha opinião, o primeiro grande desafio é o receio de receber o aluno em sala de aula com alguma deficiência e se perguntar: “E agora? Como eu vou me adaptar a essa nova situação? Como é que eu vou dar minha aula?”. Nós docentes estamos muito acostumados a dar uma aula extremamente visual, muitas vezes, presa a um data show e, de repente, recebemos em nossa sala de aula um aluno cego, por exemplo. É preciso adaptar-se completamente a esse novo perfil de aluno que se está recebendo e, na realidade, mudança de hábito é muito difícil. Se nós, no dia a dia, temos um médico que pode nos dizer: “Você agora está diabético/a, você tem que parar de comer açúcar”, é difícil nos adaptarmos à nova realidade, e é assim também na sala de aula! O docente tem que começar a pensar, então, em uma nova forma de apresentar seu conteúdo, uma nova metodologia em sala de aula, o que não é simples.

Os alunos com deficiência têm o direito de receber o mesmo conteúdo e a mesma informação que os demais. Vou dar um exemplo muito claro: se eu dou minha aula eminentemente visual e eu tenho um aluno cego na sala de aula, apesar de ele me escutar, ele não consegue ter a mesma informação em igualdade de condições de um aluno que é ouvinte e vidente. Se o aluno não consegue visualizar o que está no audiovisual que o professor utiliza, ele tem uma redução de informação em relação ao seu colega.

Assim, eu, enquanto docente, devo estar ciente dessas questões, dessa situação. Além disso, à medida que o professor começa a produzir novas formas de ensino, ele identifica que elas, primeiramente pensadas para aquele aluno com deficiência, podem, por consequência, surtir um efeito talvez muito melhor e mais interessante para os demais alunos. Assim, ele passa a utilizá-las com tranquilidade, com autonomia, com facilidade, e isso reflete para a turma toda.

Entrevistadoras: Você fez parte do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Poderia sintetizar o que é o NAI e quais são os seus objetivos em relação à inclusão do discente na universidade? Ainda, gostaríamos de saber: qual a relação dele com órgãos como a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)?

Adriana Valladão: O NAI é um órgão criado na universidade recentemente, há 4 anos, com o objetivo de organizar, propor e executar a política e as ações voltadas para o apoio aos alunos e servidores com deficiência na UFMG, de forma a minimizar as barreiras que eventualmente existam para a execução de suas atividades acadêmicas e de trabalho. Quando o discente entra na universidade, o NAI faz um primeiro contato com ele, uma entrevista, identifica quais são as suas barreiras, as suas dificuldades e, também, os facilitadores, já que esse aluno já vivenciou inúmeras situações às quais ele já se adaptou. Assim, ele traz para o NAI um conhecimento que só é possível a partir da

sua experiência como pessoa com deficiência, o que nos auxilia na definição do suporte, das tecnologias e dos apoios que vamos oferecer-lhe.

O NAI produz material adaptado em diferentes formatos, auxilia o aluno na organização da sua rotina de estudo, indica monitoria específica de conteúdo, dialoga na perspectiva de flexibilização de currículo quando necessário, procura orientar os docentes em como atuar ou auxiliar aquele aluno em sala de aula, orienta diferentes formatos de prova e oferece o uso da interpretação da Língua Brasileira de Sinais em sala de aula. Tudo isso, é claro, depende da demanda do aluno e do curso em que ele está matriculado, já que cada percurso terá uma estrutura diferente.

No registro acadêmico, o NAI distribui para todos os alunos que entram, com deficiência ou não, um folder sobre o núcleo, que informa os alunos que eles podem eventualmente procurá-lo para suporte. Posteriormente, os cotistas com deficiência são contatados, porém os alunos de ampla concorrência devem contatar o NAI espontaneamente. Isso, muitas vezes, acontece por meio de um movimento do próprio aluno ou do coordenador do seu colegiado, que busca apoio quando esse aluno é recebido em sala de aula. O NAI não faz busca ativa, porque a equipe ainda é reduzida, mas acolhemos todas as demandas que vierem, sejam alunos com deficiência que ingressem por ampla concorrência ou aqueles que ingressem sem uma deficiência e eventualmente venham a adquiri-la.

Para os servidores da universidade, o procedimento é espontâneo, mas nós temos um diálogo com a Pró-reitoria de Recursos Humanos. Esse é o primeiro lugar que o servidor com deficiência deve procurar, para que, depois, o NAI seja contatado.

O NAI, em função da sua essência de trabalho, tem que manter contato com vários órgãos da instituição. Portanto, nós trabalhamos diretamente, por exemplo, com a Pró-Reitoria de Administração, com relação à questão da acessibilidade e da estrutura física do campus; com a Pró-reitoria de Graduação, para definirmos a flexibilização de currículo quando necessária; com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos, entre outros.

Com a PRAE temos um contato muito direto, especialmente com nossos alunos que têm uma condição socioeconômica mais baixa e que recebem algum apoio específico da assistência estudantil. Temos, assim, contato direto também com a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) no acolhimento desses estudantes, acerca do tipo de bolsa que eles receberão e do tipo de acompanhamento que deverá ser dado, o qual, muitas vezes, envolve alguma gestão específica, como a Moradia. A ligação com a PRAE acontece, ainda, em função do Pnaes (Plano Nacional de Assistência Estudantil), que, entre os itens de apoio e de recursos, apresenta apoio à pessoa com deficiência.

Nós temos dialogado na perspectiva de definir um recurso específico para apoio aos alunos com deficiência na UFMG, o que deve ser feito em breve.

Entrevistadoras: Qual a relação do NAI com o corpo docente da UFMG? É oferecida alguma formação, capacitação ou instrução para os professores sobre a educação inclusiva?

Adriana Valladão: O contato do NAI com o corpo docente da universidade é constante e praticamente diário. Nós fazemos reuniões periódicas com os docentes que vão receber os alunos com deficiência. Isso funciona da seguinte forma: o aluno ingressa por reserva de vagas; nós fazemos uma primeira entrevista e identificamos as necessidades de suporte; depois, entramos em contato com o colegiado e pedimos uma reunião com os docentes que vão receber esse aluno para orientá-los com relação às necessidades dele em sala de aula. Procuramos fazer esse processo semestralmente devido ao grande número de docentes, bem como às suas recorrentes trocas. O interessante é que, geralmente, o primeiro docente que recebe o aluno passa a atuar como um agente multiplicador para o NAI, pois, ao conversar com seu colega que receberá um mesmo aluno, ele pode dizer “olha não preocupa, isso dá certo, aquilo foi ótimo, valeu a pena” ou também informar as dificuldades que ele encontrou, as quais inevitavelmente existem. Há uma troca entre os professores, e esse diálogo tem sido muito frutífero.

Além dessas reuniões periódicas, temos procurado fazer algumas oficinas ou palestras. Então fomos às congregações das unidades, para informar como tem sido o ingresso dos alunos, orientando os chefes de departamento, os coordenadores de colegiado etc. Fizemos recentemente, por exemplo, uma oficina de metodologia no seminário do GIZ, onde chamamos os coordenadores. Agora, estamos construindo um manual, uma cartilha básica, em que queremos colocar orientações iniciais e genéricas, disponibilizado no ambiente virtual Moodle, para os docentes. Já dialogamos com o departamento de Tecnologia da Informação e eles estão trabalhando nessa perspectiva de inserir o manual nesse ambiente, enquanto continuamos construindo um documento para disponibilizarmos. A cartilha terá orientações genéricas e algumas específicas por tipo de deficiência. Estas, no entanto, também podem ser consideradas genéricas, já que um aluno com deficiência visual, por exemplo, pode, além das orientações genéricas, precisar de algo a mais, que é discutido em nossas reuniões, com nossos contatos específicos.

Entrevistadoras: Em que aspectos o professor precisa atuar independentemente do NAI, isto é, o que deve ser de responsabilidade exclusiva do professor que o NAI não pode oferecer?

Adriana Valladão: Eu acho que é função do professor, e não do NAI, não somente em relação aos alunos com deficiência, mas com todos: manter o seu cronograma disponível com as suas datas de provas e de atividades avaliativas, bem como as suas referências bibliográficas bem estipuladas e delimitadas, se possível por dia. Isso tem uma implicação direta no trabalho do NAI. Se um aluno com deficiência visual precisa do seu texto em braile, o NAI produz, mas, para fazê-lo, precisamos saber que texto é esse; devemos disponibilizar esse texto com antecedência razoável para o aluno ter tempo de ler para a aula. Assim, se o docente, no primeiro dia de aula, disponibiliza no Moodle todas essas informações bem especificadas para o aluno, é “meio caminho andado”.

Uma outra questão também importante de responsabilidade do docente é o *feedback* para os alunos à medida que as suas atividades avaliativas vão acontecendo. Para o NAI, que acompanha esse aluno com deficiência, é fundamental essa sistematização. Se na primeira prova ele não foi bem em comparação com os demais alunos da sala, nós temos que identificar se aquele suporte oferecido não foi adequado. Com o *feedback* frequente, é possível fazer intervenções de alteração, mas, se esse aluno só recebe essa informação no final do curso, não há a oportunidade de rever o suporte que é dado. Acredito, então, que isso é uma questão fundamental e de responsabilidade do docente.

Entrevistadoras: Qual deve ser o olhar e a postura do docente universitário em relação ao aluno com deficiência em sala de aula? O tratamento deve ser especial?

Adriana Valladão: Todos nós somos diferentes, todos nós temos nossas limitações, todos nós temos nossos problemas; o que o aluno com deficiência traz de especial, se eu posso usar essa palavra, é que a forma de executar determinadas tarefas é diferente. Eu penso que ele deve ser olhado como qualquer outra pessoa que tem todos os direitos e todos os deveres de qualquer aluno matriculado na universidade. Assim, ele tem o direito de trancar o curso e de faltar, por exemplo, ele não precisa ser visto como diferente, no aspecto de “coitado”, no aspecto negativo, se eu posso chamar assim.

O NAI tem um papel mediador nessas questões para que possamos ter, dentro da universidade, uma certa homogeneidade no tratamento e na conduta em relação a esses alunos. Acredito que temos que procurar trabalhar com eles com naturalidade, acho que essa é a melhor palavra. Temos que ser naturais e entender que os alunos com deficiência têm os mesmos direitos e deveres de todos os outros. É preciso, no entanto, deixar claro para o aluno que a forma com que ele vai fazer a prova é diferente do seu colega sem deficiência, mas o conteúdo a ser cobrado, afinal, é o mesmo. No momento em que ele faz uma prova, por exemplo, em Braile ou em Libras, não lhe é dado nenhum privilégio, mas sim a oportunidade de fazê-la nas mesmas condições do seu colega. É a essa situação que devemos estar atentos.

Entrevistadoras: Para você, de que maneira os estudantes com deficiência transformam a docência do ensino superior?

Adriana Valladão: Eu acho que, no momento em que os alunos com deficiência entram no ensino superior, eles necessariamente exigem que a universidade tenha um outro olhar para a forma de ensinar, para a forma de ver o mundo, para a forma de lidar com o diferente; faz com que repensemos os nossos conceitos, porque, muitas vezes, nosso conceito com relação à deficiência refere-se a capacidade, e, na realidade, o que temos visto é que, absolutamente, as pessoas com deficiência são capazes, mas a sua capacidade é diferente da do outro.

Acho que esses alunos trazem para a universidade uma nova visão para a docência, um novo olhar no que diz respeito à gestão, aos processos administrativos, aos espaços e às atividades, aspectos que devem ser todos repensados, a fim de trazer bons frutos para a instituição. Esse é um processo construído diariamente e, na minha avaliação, nunca acaba, porque, a cada dia, tem-se uma questão nova com a qual lidar, que vai trazer novas perguntas, necessidades e possibilidades de ajustes. Além disso, esse processo envolve a parceria de diferentes pessoas, de diferentes órgãos, do aluno, do NAI, do docente, do gestor, do seu colega em sala de aula, é um crescimento coletivo.

Entrevistadoras: Gostaria de destacar algo mais?

Adriana Valladão: Talvez nós não tenhamos falado dos colegas sem deficiência, que também são parte fundamental nesse processo. Eles constituem um grupo de pessoas fundamentais na acolhida do aluno com deficiência, no auxílio de orientação, nos trabalhos em grupo... Se os próprios alunos têm um olhar restritivo para aquele aluno que está entrando com deficiência, dificilmente esse indivíduo vai ser integrado e acolhido nas diversas atividades que são oferecidas na universidade, desde a calourada até os projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, que envolvem trabalho em equipe efetivo.

Quando falamos de inclusão, falamos não só da possibilidade de o aluno estar na universidade, de ele desenvolver suas atividades acadêmicas relacionadas ao seu curso especificamente, mas também de ele ter a oportunidade de participar das atividades culturais que a instituição oferece, entre outras. Assim, ele tem que estar inserido, tem que ter a oportunidade de participar e de se sentir pertencente, porque, se ele não se sentir pertencente, não podemos falar que ele está, de fato, sendo incluído.

Adriana Valladão

Graduada em Terapia Ocupacional pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (1987), mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e doutora em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Professora associada do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Diretora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG de 2015 a 2019. Atua principalmente nas áreas de avaliação e desempenho funcional; tecnologia assistiva com foco na funcionalidade e participação; e educação inclusiva. avalladao@gmail.com

Lorena Dhom

Graduanda em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de graduação no Giz – Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino –, vinculado à Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Revisora de texto da Revista Docência do Ensino Superior. lorenadhom@hotmail.com

Patrícia Nascimento Silva

Doutora em Gestão e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais. Analista de Tecnologia da Informação no Centro de Computação da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro da Comissão Editorial da Revista Docência do Ensino Superior do Giz – Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino –, vinculado à Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. patricians@ufmg.br